

# **Memórias e histórias da ditadura em tempos de neofascismo bolsonarista**

*Memories and histories of the dictatorship in times of Bolsonaro's neofascism*

**Marcelo Badaró Mattos\***

## **Resumo**

O artigo se inicia por uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo, para explicar seu recurso a uma visão mítica positivada da ditadura, através de uma análise dos discursos da cúpula das Forças Armadas. Em seguida, procura-se apresentar uma leitura crítica de certas análises historiográficas, produzidas por especialistas acadêmicos e com larga circulação que, embora não possuam relação direta com as visões dos militares e do bolsonarismo, acabam por compartilhar elementos em comum com essas memórias reacionárias do passado ditatorial. Pretende-se, com isso, chamar a atenção para a complexa relação entre a memória social e a história produzida por historiadores profissionais, de forma a ressaltar sua responsabilidade política e social.

**Palavras-chave:** bolsonarismo; golpe de 1964; ditadura militar; memória e história

## **Abstract**

The article begins with a characterization of the political phenomenon of Bolsonaroism, in order to explain its recourse to a positivized mythical vision of the dictatorship, through an analysis of the speeches of the leadership of the Armed Forces. The next step is to present a critical reading of certain historiographical analyses, produced by academic specialists and widely circulated, which, although not directly related to the views of the military and Bolsonaroism, end up sharing elements in common with these reactionary memories of the dictatorial past. The aim is to draw attention to the complex relationship between social memory and the history produced by professional historians, in order to highlight their political and social responsibility.

**Keywords:** Bolsonaroism; 1964 coup; military dictatorship; memory and history

---

\* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, pesquisador associado ao NIEP-Marx/UFF.

O historiador português Fernando Rosas, um especialista nos estudos sobre o salazarismo e os fascismos dos mais reconhecidos em seu país, em um texto de discussão das relações entre História e Memória, nos alerta para o fato de que “está em curso em nossas sociedades, com tempos e modos diversos, mas fundamentalmente comuns, uma disputa centrada nos conteúdos das representações do passado, sobretudo do passado recente, suscetíveis de fundar ou refundar as legitimidades ideológicas e políticas do presente e do futuro.” E complementa o argumento, definindo essa disputa como “um combate pela hegemonia política, pela ‘conquista de almas’”. (Rosas, 2016, p. 47)

Se há um tema em que a memória sobre o passado recente do Brasil é disputada com impactos diretos e expressivos nos conflitos políticos do nosso presente, esse tema é o do sentido do golpe de 1964 e da ditadura que ele inaugurou. Nenhum retrato das forças políticas de extrema-direita que governaram o Brasil entre 2019 e 2022 estaria completo sem lembrar seu saudosismo da ditadura militar. Por isso mesmo, é profundamente lamentável que, neste momento, em que estamos debatendo os 60 anos do golpe militar que instaurou a ditadura, o governo Lula abdique de fazer essa disputa pela memória, cancele eventos e volte atrás em relação ao anúncio de construção de um Museu dos Direitos Humanos, como parte da política por Memória, Verdade e Justiça.<sup>1</sup>

Por isso, nesta intervenção, parto de uma caracterização do fenômeno político do bolsonarismo, para explicar seu recurso a uma visão mítica positivada da ditadura, através de uma análise da principal matriz discursiva desse resgate: os discursos da cúpula das Forças Armadas. Em seguida, procuro apresentar uma leitura crítica de certas análises historiográficas, produzidas por especialistas acadêmicos e com larga circulação que, embora nem de longe procurem respaldar as visões dos militares e do bolsonarismo, acabam por compartilhar elementos em comum com essas memórias reacionárias do passado ditatorial recente. Assim, pretendo chamar a atenção para essa complexa relação entre a memória social e a história produzida por historiadores profissionais, de forma a ressaltar nossa responsabilidade política e social.

### **1. Bolsonarismo, militares e a ditadura como passado idílico**

Conforme venho defendendo em outros estudos, considero o bolsonarismo como um movimento político de cariz neofascista e analiso o governo Bolsonaro como um momento em que a centenária “autocracia burguesa” brasileira recorre ao neofascismo para enfrentar uma “crise orgânica”, sustentando o tradicional padrão “contrarrevolucionário” da forma de dominação de classes no Brasil. (Mattos, 2020)

A definição de neofascismo – que outros prefeririam denominar de “pós-fascismo”, ou de “fascismo do século XXI” – implica, necessariamente, o recurso à comparação com o fascismo histórico (dos anos 1920 a 1940), buscando identificar o que permite definir o processo que observamos hoje como uma variante “fascista” e porque precisamos adjetivá-la (como “neo” ou “proto”, por exemplo), ou seja, identifi-

---

<sup>1</sup> Entre as diversas matérias jornalísticas sobre o tema ver Marianna Holanda & Mateus Vargas (2024).

cando também suas especificidades. Não tenho aqui espaço para desenvolver plenamente essa comparação.<sup>2</sup> Me interessa apenas resgatar algumas das chaves de compreensão comuns que me conduzem ao argumento que quero desenvolver.

Os fascismos históricos e os neofascismos estão longe de representar apenas um fenômeno ideológico. Tanto na primeira metade do século XX, quanto agora, um século depois, eles surgem como respostas a crises profundas (ainda que distintas em suas naturezas), que atingem as várias dimensões da vida social. Para compreendê-los, portanto, a análise precisa recorrer ao estudo da correlação de forças sociais, de forma a captar o processo em que emerge uma alternativa reacionária, que se distingue de outras soluções políticas conservadoras, entre outras razões, por: assentar-se permanentemente numa mobilização de massas, cuja base social é vertebrada pela pequena-burguesia/classes médias, mas que atravessa de cima a baixo a estrutura de classes da sociedade; embora mobilizando uma base majoritariamente de segmentos médios, quando chegam a governar, os fascistas atendem aos interesses do grande capital; para além de buscar ganhar eleições, embora possam chegar ao governo através delas, os movimentos fascistas organizados em partidos buscam subverter o regime político, instalando ditaduras ferozes que propõem (e eventualmente executam) a violenta eliminação daqueles que são definidos como os inimigos do regime e do “povo”, e que podem ser desde setores organizados da classe trabalhadora que ameaçam a ordem capitalista até uma variada gama de inimigos internos e externos, ou “bodes expiatórios” que povoam as ideologias reacionárias que campeiam no senso comum de uma dada época – supostos comunistas, sindicalistas, produtores artísticos culturais e intelectuais críticos, “bandidos”, determinados grupos étnicos e raciais etc.

Lembremos que nem todo movimento fascista chegou ao governo e nem todo governo de fascistas logrou cambiar o regime político e instaurar uma ditadura fascista, embora isso estivesse sempre no seu horizonte. No período atual, uma das características dos governos dirigidos por neofascistas tem sido sua capacidade de interagir com os regimes democráticos (que de resto têm se mostrado bastante permeáveis à normalização do fascismo) de forma a subverter gradualmente suas características, limitando ainda mais o alcance das poucas garantias civis, políticas e sociais que neles foram conquistadas pelas lutas das maiorias trabalhadoras.

Até aqui, acredito que já seja possível entender por que caracterizo o bolsonarismo como um neofascismo. Mas, se comecei afirmando que fascismo e neofascismo não são apenas ideologias políticas, passo agora a destacar que todo movimento fascista se assenta em uma ideologia fascista, que em cada contexto histórico é um amálgama específico de um feixe de ideias reacionárias disponíveis. E essas ideologias fascistas possuem, entre várias outras características comuns que não desenvolverei aqui,<sup>3</sup> um forte apelo a um passado áureo, definido como um tempo de ordem e respeito aos valores conservadores – como pátria, família, religião. No caso do bolsonarismo, esse tempo mítico corresponde justamente à ditadura militar, invocada como

---

<sup>2</sup> Remeto interessados(as) em análises que fazem essa comparação histórica a algumas referências que estão longe de esgotar o debate: Rosas (2019) Renton (2018); Traverso (2019) e Mattos (2020).

<sup>3</sup> Um bom levantamento e uma análise interessante de vários elementos das ideologias fascistas pode ser encontrado em Stanley (2019).

um momento em que um governo forte, respaldado pelos interesses do povo/da nação/da sociedade, garantiu a ordem e a prosperidade. A memória positivada da ditadura é uma das chaves ideológicas do bolsonarismo, pacientemente construída e reforçada, antes e durante o governo e, obviamente, depois. Ou seja, nesse momento em que discutimos o aniversário do golpe de 1964, todos os canais de difusão bolsonaristas estão reforçando a memória positivada daquele evento e dos 21 anos que a ele se seguiram.<sup>4</sup>

Os principais responsáveis por esse esforço de dourar a memória da ditadura foram e são os comandantes militares, desde 1964 até hoje. Apresentando a sua ação (à época) e a de seus antepassados (hoje) como uma resposta heroica ao clamor da sociedade pelo retorno da ordem, contra o “caos” dos primeiros anos da década de 1960 (o Governo Goulart), a memória militar é o centro a partir do qual irradiam todos os discursos ideológicos a favor do golpe e do período ditatorial. Portanto, sem compreender os discursos e esforços memorialísticos militares, não compreendemos a ideologia bolsonarista que trata a ditadura como um passado áureo, da mesma forma que abstraindo os dirigentes militares da análise não teríamos como compreender a ascensão de Bolsonaro ao governo.

Passo então a um breve exercício de análise da memória construída pelos militares sobre o golpe e a ditadura, em suas manifestações mais explícitas durante o governo Bolsonaro, centrando-me em dois aspectos dessa memória: as narrativas sobre o evento 1964 que negam seu caráter de golpe de Estado e a ideia do respaldo e legitimidade conferidos “pela sociedade” aos governos militares.

Por certo que o discurso militar não poderia tratar o golpe como golpe. Se durante a ditadura o termo mais empregado era “Revolução (Gloriosa!) de 31 de março de 1964”, no último período, a terminologia mais empregada pelos oficiais superiores foi “movimento contrarrevolucionário”, “contragolpe” ou “contrarrevolução democrática”. A palestra que o general Heleno iria proferir em 31 de março de 2011 e que foi cancelada por determinação do então ministro da defesa, Nelson Jobim, orientado pela presidente Dilma Rousseff, teria por título, justamente, “A contrarrevolução que salvou o Brasil”. A ideia contida no título, de contrarrevolução, dá conta de uma reação a uma ameaça de outra “revolução”, em curso no governo Goulart: uma revolução comunista. Foi dessa ameaça – de implantação de um regime totalitário – que o país foi “salvo” pelos militares. (Victor, 2019)

Em 2019, quando Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa comemorasse o golpe, atitude que provocou ações do Ministério Público e críticas internas e internacionais, o Palácio do Planalto, em 31 de março, distribuiu um vídeo celebrando o golpe e elogiando as Forças Armadas, precisamente com a mesma terminologia daquele discurso vetado em 2011: “O Exército nos salvou. Não há como negar”. Na mesma data, o então ministro da defesa, general Fernando Azevedo e Silva, distribuiu uma ordem do dia que afirmava que as Forças Armadas em 1964 haviam atendido ao

---

<sup>4</sup> O vídeo da produtora “Brasil Paralelo” sobre 1964 é o mais visualizado de seu canal no youtube, com mais de 11 milhões de visualizações. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@brasilparalelo>>. Acesso em: 04/2024.

“clamor da ampla maioria da população e da imprensa brasileira” para assumir um “papel de estabilização”.<sup>5</sup>

Em 2020, Azevedo e Silva lançou outra ordem do dia comemorativa, cujo título era “Movimento de 1964 – um marco para a democracia brasileira”. Nela reforçava o sentido da intervenção militar como contragolpe, associando a ameaça evitada pelos militares à Guerra Fria, com seus “engodos” de “ingredientes utópicos”. Conforme suas palavras:

Naquele período convulsionado, o ambiente da Guerra Fria penetrava no Brasil. Ingredientes utópicos embalavam sonhos com promessas de igualdades fáceis e liberdades mágicas, engodos que atraíam até os bem-intencionados. As instituições se moveram para sustentar a democracia, diante das pressões de grupos que lutavam pelo poder. As instabilidades e os conflitos recrudesciam e se disseminavam sem controle.<sup>6</sup>

Na continuidade da ordem do dia, o Ministro da Defesa introduz um outro elemento central à memória militar sobre o golpe e a ditadura que lhe seguiu: o respaldo social. O texto elenca entidades e setores sociais que se uniram para reagir à ameaça totalitária e completa a lista destacando o papel protagonista das Forças Armadas: “a sociedade brasileira, os empresários e a imprensa entenderam as ameaças daquele momento, se aliaram e reagiram. As Forças Armadas assumiram a responsabilidade de conter aquela escalada, com todos os desgastes previsíveis”. (*ibidem*)

Aqui se apresenta um ponto chave. Esses setores listados representam “a sociedade brasileira”, termo que inicia a sentença. Essa caracterização será reforçada na ordem do dia de 2022, sobre o 31 de março, emitida pelo então Ministro da Defesa, o general Walter Souza Braga Netto, que fora interventor federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2018, época em que ocorreu o assassinato de Marielle Franco, vindo a compor a chapa de Bolsonaro, como candidato a vice-presidente no mesmo ano de 2022. Braga Netto resume os argumentos elencados até aqui nos discursos anteriores:

O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época.

Em março de 1964, as famílias, as igrejas, os empresários, os políticos, a imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), as Forças Armadas e a sociedade em geral aliaram-se, reagiram e mobilizaram-se nas ruas, para restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil, por grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/03/31/gestao-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 03/2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/defesa-comemora-31-de-marco-de-1964-marco-para-a-democracia>>. Acesso em: 03/2024.

<sup>7</sup> Walter Souza Braga Netto, 30/03/2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-da-defesa-publica-ordem-do-dia-em-alusao-ao-31-de-marco/>>. Acesso em: 03/2024.

O golpe – “movimento” na terminologia do discurso dos comandantes militares – teria refletido os anseios “da população” e aqueles mesmos segmentos sociais e organizações, citadas por Azevedo Silva dois anos antes, se uniram representando – novamente o termo – “a sociedade (em geral)”, contra a ameaça totalitária.

Na ordem do dia de Braga Netto, essa noção de suporte social amplo ao golpe é estendida ao conjunto do período ditatorial, com elementos que valorizam positivamente o período – segurança, prosperidade econômica, paz, fortalecimento democrático – construindo uma imagem idílica da ditadura. A generalização “a sociedade brasileira” continua ali presente, “conduzindo” o idílio:

Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País, no fortalecimento da democracia, na ascensão do Brasil no concerto das nações e na aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita pelo Congresso Nacional. (*ibidem*)

Ou seja, nos 21 anos seguintes ao golpe, a “sociedade brasileira” construiu um regime militar autocrático (não referido assim, evidentemente), cujo resultado foi... a democracia!

Muitos outros exemplos de discursos como esses poderiam ser listados, mas os trechos citados nos parecem suficientes para levantar os principais elementos da memória positivada do golpe e da ditadura que a alta oficialidade cultiva nos quartéis e apresenta publicamente – quando tem oportunidade – de maneira a disputar a memória sobre o período, valorizar seu papel político-social e defender o modelo autocrático de gestão do Estado brasileiro. Seriam esses elementos as ideias de que ocorreram: um “movimento contrarrevolucionário”, ou um “contragolpe”, como reação à ameaça de uma revolução comunista – e/ou do caos e da baderna – em contraponto a todo o acúmulo acadêmico e social de que se tratou de um golpe militar; um amplo clamor social – “da sociedade”, “da população”, da “sociedade em geral” – por tal “movimento” e um igualmente amplo apoio “da sociedade” aos governos militares, em um período definido por “segurança”, “paz” e “prosperidade social”.

## **2. Sob o olhar dos historiadores profissionais infelizes convergências**

Os debates entre cientistas sociais e historiadores sobre o golpe de 1964 e a ditadura que ele instalou, e seguiria pelos 21 anos seguintes, começaram mesmo no calor daquele acontecimento, pois nunca houve, nem poderia haver, uma interpretação única para esse passado recente.<sup>8</sup> Enquanto durou o regime militar, porém, predominaram interpretações que associavam as articulações e mobilizações que levaram à derrubada de Goulart a interesses objetivos e movimentos políticos orquestrados pelas classes dominantes e suas representações políticas. Da mesma forma, o regime ditatorial foi entendido como um esforço para garantir a dominação burguesa e fazer avançar a acumulação capitalista com recursos mais acentuadamente coercitivos, de forma a controlar pela força repressiva as mobilizações da classe trabalhadora urbana e a luta pela terra no campo, que cresciam nos dez anos que antecederam o golpe. Garantir-

---

<sup>8</sup> Desenvolvi um balanço mais amplo das análises universitárias sobre o golpe de 1964 e a ditadura em alguns textos, entre os quais Mattos (2015).

se-iam, assim, as condições para uma ampliação das taxas de exploração sobre o trabalho que caracterizaram o “modelo econômico” do regime.<sup>9</sup>

Ao longo das últimas décadas, novos temas e fontes foram explorados, mas o que pretendo destacar aqui é que os principais eixos do debate historiográfico se alteraram, e, desde os anos 1990, ganharam influências interpretações que Caio Navarro de Toledo (2004) definiu como “revisionistas”. O termo foi por ele associado não a eventuais inovações interpretativas ou ao recurso a fontes primárias inéditas, mas ao esforço em questionar e substituir linhas de interpretação consagradas que destacavam o sentido de classe – fundamentalmente empresarial/burguês – da coalização que se formou em torno aos militares para derrubar Goulart e instaurar um regime político autocrático, que pelo recurso prioritário à coerção garantisse seus interesses.

Tais interpretações “revisionistas” procuraram caracterizar o golpe de 1964, ou simplesmente como um movimento militar, ou como resultante de uma convergência antidemocrática ampla. Os agentes de tal “consenso” contrário à democracia não mais seriam definidos em termos sociais (classes e suas frações), mas em termos políticos “puros”, como “direitas” e “esquerdas”. Em algumas análises, inclusive, o peso maior da explicação sobre o golpe recai sobre o “radicalismo” das “esquerdas”. Já a ditadura é apresentada como uma resultante de tal “consenso” autoritário “da sociedade brasileira”, “sociedade” apresentada de forma homogênea, em manifestações que iriam da apatia ao apoio explícito aos governos militares.

A crítica a tais interpretações também não é nova, pois depois de Caio Toledo acumularam-se textos produzidos por autores como Demian Melo, Carlos Zacharias Senna Jr, Gilberto Calil, Eurelino Coelho, Carla Luciana Silva, Renato Lemos, Felipe Demier e muitas(os) outras(os) historiadoras(es) que questionaram tais vieses de análise a partir de argumentos teóricos e empíricos sólidos. (Melo, 2014; Sena Jr. et al., 2019)

O que faço a seguir é apenas tomar alguns poucos exemplos, de textos produzidos nas últimas décadas, referindo-se ao golpe de 1964 e à ditadura, com o objetivo de localizar alguns argumentos centrais que me permitirão focalizá-los à luz da disputa de memórias presente hoje no debate público brasileiro.

Sobre o golpe de 1964, desde os anos 1990, diferentes autores buscaram por em questão a obra de René Dreifuss (1981) que, publicada ainda no período ditatorial, apresentava uma análise solidamente documentada da atuação de grupos empresariais ligados ao grande capital multinacional e associado, que articulados em torno de aparatos como o IPES e o IBAD, criados durante o governo Goulart, ligaram-se aos oficiais militares superiores que acabaram por empreender a ação golpista que derrubou o governo legítimo e instaurou a ditadura.

Especial repercussão teria o trabalho de Argelina Figueiredo (1993), que procurava demonstrar a existência de um certo “consenso” antidemocrático que iria da direita à esquerda do espectro político brasileiro e teria inviabilizado a realização das reformas propugnadas por Goulart no interior da ordem democrática realmente existente. Preocupava-se em rejeitar as análises baseadas em explicações que definia como

---

<sup>9</sup> Apenas para mencionar uma referência, entre as muitas comentadas no artigo da nota anterior, tomemos a análise de Florestan Fernandes, publicada pela primeira vez em 1975, no seu clássico *A revolução burguesa no Brasil*. (Fernandes, 2005)

“estruturais” (econômicas, mas também políticas – como a ideia de “crise institucional”) e, principalmente, aquelas interpretações que denominou “intencionais” – leia-se Dreifuss – associadas por ela a uma ideia simplista de “conspiradores onipresentes”. (Figueiredo, 1993, p. 28) Em seu lugar, propõe uma interpretação centrada nos dilemas políticos do governo Goulart para avançar com seus projetos reformistas, em que a desvalorização do “jogo democrático” teria sido um ponto comum entre as esquerdas que apoiavam as propostas de reformas de base e as direitas que acabaram por assumir o poder. Em suas palavras:

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas. (Figueiredo, 1993, p. 202)

Lembremos de passagem, aqui, que as reformas propostas por Goulart estavam longe de ser caracterizáveis como “radicais”. A principal delas, a reforma agrária, que fora uma pré-condição para o desenvolvimento capitalista em algumas nações de desenvolvimento industrial mais antigo, podia até assustar as classes dominantes por aqui, porque a acumulação dependente de economias capitalistas como as latino-americanas foi em grande medida centrada na agricultura de exportação, ancorada no latifúndio. Mas o que governo Goulart propunha era uma reforma agrária sem expropriação do latifúndio improdutivo e pautada pela indenização dos proprietários em valor de mercado. O desacordo estava na forma da indenização, que era definida pela Constituição de 1946 como devendo ser paga à vista, o que a tornava inviável. Por isso se queria fazer uma emenda constitucional que garantisse o pagamento “a prazo”, através de títulos do tesouro. Vale destacar também que não apenas Goulart era um reformista “moderado”, surgido da tradição varguista e de origem de classe na propriedade rural, como também que à sua esquerda estavam forças políticas e organizações sociais hegemônicas pelo PCB. O partido, à época, apostava na aliança com o que acreditava serem “setores democráticos” da “burguesia nacional”, de maneira a fazer avançar uma etapa “nacional-democrática” da revolução brasileira, comprometendo-se, naquele contexto, com a manutenção da “ordem democrática” então vigente.<sup>10</sup>

De qualquer forma, a passagem de análises como a de Figueiredo para interpretações de que a esquerda poderia ter dado um golpe e instaurado uma ditadura –

---

<sup>10</sup> Lúcio Flávio Almeida é um dos autores que demonstrou como toda a linha política do partido desde a “Declaração de Março”, de 1958, estava centrada na defesa de uma frente única, em que os comunistas apoiariam os “elementos nacionalistas e democráticos” da burguesia brasileira e das políticas de Estado. (Almeida, 2003, p. 116) O problema, portanto, segundo Almeida, não estaria na falta de compromisso democrático da esquerda identificada com essa mobilização, mas, ao contrário, na completa ausência de sentido na proposta de uma revolução burguesa para uma burguesia que não precisaria mais de nenhuma revolução para fazer valer seu projeto de classe. (Almeida, 2003, p. 121-122)



de forma a implantar “reformas radicais” – não é difícil de projetar. E de fato ocorreu de forma explícita, em uma série de trabalhos que vieram à tona ao redor da efeméride dos 40 anos do golpe, em 2004. Um de seus propagadores que encontrou maior repercussão foi o jornalista Elio Gaspari, que atuara como repórter, editor e diretor-adjunto da Revista Veja nos anos 1970 e 1980 e acumulara documentos de arquivos privados da cúpula militar do regime ditatorial, como Golbery do Couto e Silva.<sup>11</sup> Segundo Gaspari, “havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial”. (Gaspari, 2002, p. 53)

Pouco importam, para a argumentação de Gaspari, as múltiplas evidências de que João Goulart não avançou um milímetro contra o regime político vigente. Acuado pela pressão dos governadores de oposição (Carlos Lacerda, da Guanabara à frente, que dera declarações à imprensa estadunidense ameaçando o presidente com uma intervenção militar em marcha), apoiados pela política externa dos Estados Unidos, Jango chegou a propor ao Congresso Nacional a decretação do Estado de Sítio por 30 dias, em 04 outubro de 1963. Sem apoio no parlamento, retiraria a proposta três dias depois. Fora do parlamento, mesmo forças que apoiavam os projetos reformistas de Jango, como o CGT, manifestaram-se contra o Estado de Sítio, presentindo que também seriam atingidas. (Bandeira, 2010, p. 258-259) Com o golpe em marcha, entre o dia 31 de março e 1º de abril, ainda que o tal “dispositivo militar” tenha se mostrado pouco confiável, Jango recusou todas as propostas de resistir ao levante dos quartéis, feitas tanto por militares legalistas quanto por políticos, sob o argumento de que não queria ser o responsável por uma “guerra civil”. (Moraes, 2024)

Mas não foi apenas em obras de divulgação, voltadas para um público mais amplo, que teses como essa prosperaram. Também nas universidades, historiadores profissionais as propagaram. Em torno dos debates sobre os 40 anos do golpe, Jorge Ferreira, analisando os últimos dias do governo Goulart, afirmou o seguinte:

O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia. [...] [Passa a citar Argelina Figueiredo, e conclui]. Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio. (Ferreira, 2004, p. 35)<sup>12</sup>

Conforme essa linha de interpretação, portanto, esquerda e direita lutavam naquele momento pela tomada do poder por vias não democráticas, como que numa corrida em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratando-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país.

---

<sup>11</sup> Ver o site [arquivosdaditadura.com.br](http://arquivosdaditadura.com.br). Acesso em: 03/2024.

<sup>12</sup> Esse artigo para uma revista de divulgação repetia argumentos de um texto de maior fôlego, Ferreira (2003). O autor retomou a mesma reflexão mais recentemente em Ferreira (2007) e Ferreira (2011).

Assim sendo, nesta como nas interpretações semelhantes já comentadas, as responsabilidades pela subversão do regime democrático vigente parecem ser divididas entre aquelas forças que efetivamente deram o golpe e/ou o apoiaram e quem exercia o governo de forma legítima e/ou foi atingido pelo golpe, em suas diferentes repercussões.

Note-se que, no momento em que as reformas de base mobilizaram centenas de milhares no comício de 13 de março na Central do Brasil e as forças golpistas mobilizariam outro tanto nas “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”, quando ocorria um número crescente de greves e estouravam levantes de baixa-patentes das Forças Armadas, o autor acredita que “uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio”. Expressões como “parcela ampla da população” são vagas e carecem do mínimo de precisão que se espera de uma análise, pois nela cabem desde uma ampla maioria até uma minoria expressiva. Mas, ao empregá-las, assim como ao generalizar os termos “esquerdas” e “direitas”, o que o analista faz é tirar de cena as classes sociais e seus conflitos, contornando assim todo o debate acumulado sobre o sentido de classe do golpe, que partia justamente da definição de quem subvertera o regime democrático vigente e por quê.

Um outro ponto de análises historiográficas recentes na mesma linha de argumentação, que quero aqui ressaltar, é a defesa de que a ditadura era “popular”, pois, apesar da violência da repressão aos opositores, gozava de amplo respaldo da sociedade, baseado em um consenso em torno dos valores autoritários, mas também dos sentimentos patrióticos e do genuíno contentamento com a prosperidade econômica.

Um bom exemplo desse tipo de argumentação pode ser encontrado em textos de Janaína Cordeiro. A historiadora parte do pressuposto de que a historiografia e a memorialística analisaram “fartamente” a luta contra a ditadura, mas que “pouco se sabe sobre os apoios, as admirações entusiasmadas e as simpatias tímidas, às vezes silenciosas – mas nem por isso pouco importantes – que a ditadura foi capaz de despertar ao longo de toda sua existência”. (Cordeiro, 2012, p. 83)

Cordeiro chega a afirmar que “constituiu-se um enorme silêncio sobre as bases sociais de sustentação da ditadura”, desprezando todo o acúmulo já aqui mencionado de décadas de estudos sobre o papel das classes dominantes no golpe e na sustentação do regime, assim como das organizações empresariais (como o IPES, o IBAD e congêneres) e das mobilizações sociais (como as Marchas da Família) que foram criadas e incentivadas para buscar conferir uma aparente legitimidade ao golpe. Seu objetivo, ao desprezar as tradições divergentes, é destacar que estudos na linha à qual ela se vincula teriam sido pioneiros em abordar “o tema dos apoios recebidos, das formas a partir das quais a ditadura brasileira alcançou graus expressivos de legitimidade, valendo-se não apenas da coerção – essencial, é verdade, para a manutenção de um regime autoritário – mas contando com o consentimento tácito ou explícito de parcelas expressivas da sociedade”. (*ibidem*, p. 84)

Cordeiro não nega a coerção, é verdade, mas, ao contrapor-se ao desenho que traçou de uma historiografia anterior limitada a tratar das resistências e “silenciosa” a respeito dos apoios, posiciona-se numa vertente que valorizaria o consenso. Novamente aqui os termos quantitativos vagos – “parcelas expressivas” – e a generalização “da sociedade” deixam pouco espaço para a reconhecer a divisão da sociedade em classes e o caráter conflitivo das relações sociais.

Focando sua análise no período do governo Médici (1969-1974), a historiadora reconhece que se trata do período de maior repressão e violência do regime, mas faz questão de destacar que também foi:

[...] o momento em que a ditadura brasileira foi mais popular. No plano econômico, foram anos de grande prosperidade, o tempo do Milagre brasileiro, quando os índices de crescimento econômico chegavam a 10% ao ano. Grandes obras foram previstas – e muitas realizadas –, criando, país afora, um clima de grande euforia. Falava-se – e a propaganda oficial potencializava este discurso – nas possibilidades de construção do Brasil potência. O Presidente Médici foi admirado por muitos e querido por tantos outros. Uma vasta onda ufanista tomou conta do país. (*ibidem*, p. 84)

Para um historiador do trabalho, essa noção vaga de “popularidade” associada ao “sucesso” do “Milagre econômico” causa certa espécie. Há todo um acúmulo de estudos que identifica no mesmo período: uma elevação brutal das taxas de exploração, com o arrocho salarial” (expressão de uso corrente na época), o aumento das horas-extras sub-remuneradas, o título conferido ao país de “campeão mundial de acidentes de trabalho”, os registros de elevação das taxas de subnutrição infantil e o acúmulo dos problemas de moradia, transporte, saúde pública que, tão logo falou-se em “abertura”, geraram toda uma onda de movimentos sociais, ainda nos anos 1970, apesar da repressão ainda vigente. (Mattos, 2009, p. 109-115; Silva, 2016) Por certo havia quem comemorasse o “milagre” e apoiasse o regime, mas a partir de um olhar atento à dinâmica da experiência de classe de trabalhadores e trabalhadoras, a “parcela (mais) expressiva da sociedade”, é um pouco forte falar em “clima de grande euforia”.

Tratando das comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, Cordeiro elenca uma série de elementos que demonstrariam essa “popularidade” do regime e do governo Médici. Vale a pena resgatar um trecho mais longo de seu texto, em que afirma que:

Do Oiapoque ao Chuí, pessoas saíram às ruas para comemorar D. Pedro I, o herdeiro do trono português, herói da independência brasileira com relação à metrópole europeia em 1822. O príncipe da autoridade, que com um gesto decidido, forte, promoveu a emancipação política brasileira, foi festejado país afora como o grande herói daquele ano. Grupos inteiros da sociedade civil manifestavam-se, querendo dar sua contribuição para aquilo que prometia ser um grandioso espetáculo cívico-patriótico; outros tantos não se ofereceram para colaborar, mas participaram, atendendo à convocação do regime para comemorar: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldado verde e amarelos, erguendo cartazes de dizeres patrióticos, compuseram a mise-en-scène comemorativa. Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da História-Pátria que se realizava em 1972. (Cordeiro, 2012, p. 86)

Não é muito fácil discernir, nessa citação, os argumentos analíticos da autora dos discursos propagandísticos do próprio governo militar sobre as tais comemorações. Mas Cordeiro rechaça “uma visão simplificadora da propaganda”. Para a autora, a propaganda é um “elemento capaz de potencializar sentimentos e atitudes já presentes na sociedade. O sucesso de uma boa propaganda reside em sua capacidade de diálogo com valores e tradições já arraigados na sociedade”. (*ibidem*, p. 84) Assim, da

mesma forma que destaca que “grupos inteiros da sociedade civil” participaram entusiasticamente das comemorações promovidas pelo governo Médici, enquanto outros o fizeram “de maneira mais discreta” – e não são nomeados os eventuais críticos –, a propaganda dialoga com os valores arraigados “na sociedade”, novamente apresentada como um todo homogêneo, ou mesmo como um sujeito histórico antropomorfizado, com seus sentimentos, valores, atitudes etc.

Uma das referências centrais tanto para as análises sobre o golpe que igualam “direitas” e “esquerdas” no desprezo pela democracia, quanto para o debate da popularidade da ditadura e do consenso “da sociedade” em torno de valores autoritários, é a obra do historiador Daniel Arão Reis Filho. Tendo o autor tomado parte da resistência armada à ditadura, sendo preso e mais tarde banido do país para viver no exílio até a anistia política, as intervenções de Reis Filho quando dos debates sobre os 40 e os 50 anos do golpe ganharam uma repercussão para além dos limites do debate acadêmico. Nelas procurou demonstrar que a atribuição de um caráter de “resistência democrática” à ação das esquerdas no período da ditadura militar é uma invenção datada da fase da redemocratização, pois as esquerdas da luta armada seriam antidemocráticas e visariam a implantação do socialismo – que seria por elas (e pelo autor) entendido como incompatível com a democracia – pela via revolucionária. Estendendo seu raciocínio ao período anterior, Reis Filho considera que essa perspectiva antidemocrática não era uma novidade, pois no início dos anos 1960 já teria se manifestado por parte dessas esquerdas que, “inebriadas pela vitória de agosto de 1961 [a posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros], passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente”. Com isso, essas esquerdas teriam dado às direitas e aos militares o argumento que faltava para que assumissem o discurso da defesa da legalidade, conseguindo mobilizar um movimento civil de grandes proporções “para legitimar posições favoráveis à intervenção militar golpista”. (Reis Filho, 2004, p. 38-39)

No momento mesmo de sua veiculação inicial, os argumentos de Reis Filho foram criticados, por exemplo, por Marcelo Ridenti, defendendo a ideia de que havia um componente assumido de resistência nas proposições de várias das organizações de esquerda daquele período e que, ainda que muitas delas não priorizassem a “resistência democrática”, o resultado de sua ação foi o de uma luta de resistência contra a ditadura. Ridenti argumentava que, se os estudiosos não podem controlar o uso de suas pesquisas histórias nos embates políticos do presente, devem ao menos “estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo”. (Ridenti, 2004, p. 64) As interpretações da “falta de democracia das esquerdas” acabariam por ser incorporadas “por aqueles que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura – e até pelos que chegam a justificá-la”, ainda que essa não fosse a intenção dos estudiosos. (Ridenti, 2004, p. 64)

Em seus estudos sobre a ditadura militar, Reis Filho também tem sido um dos principais propagadores da tese de que o regime instaurado pelo golpe de 1964 deve ser denominado de ditadura civil-militar. Nesse caso, o uso de “civil-militar” é distinto daquele original que, na obra de René Dreifuss, associava o elemento civil a um sentido de classe burguês/empresarial da articulação de uma “elite orgânica” do grande capital multinacional e associado, que trabalhou pela derrubada de Goulart e viu-se representada nos governos pós-1964. O uso de “civil-militar” por Reis Filho se distancia da ideia de um sentido de classe do regime, para defender a existência de um consenso

social, entendido como “a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade”. Embora sua noção de consenso envolva matizes que vão da defesa ativa à impotência conformista, a ideia é que, mais que o papel da repressão (que não é negado), o peso do apoio da sociedade é decisivo para “a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo”. (Reis Filho, 2010, p. 182)

O mesmo historiador propugna, ainda, que “a sociedade” (sempre vagamente apresentada de forma homogeneizadora) convergiu para o apoio ao regime (desde o golpe) e, a partir de meados dos anos 1970, convergiu novamente para uma transição pactuada – construindo uma memória que apagava tanto os elementos revolucionários (e autoritários) das propostas de esquerda, que agora apresentavam-se como democráticas, quanto silenciava sobre a ação repressiva mais violenta dos torturadores e assassinos do regime. Associando a popularidade do regime ao sucesso do “milagre econômico”, e vinculando o “consenso” na transição a uma “cultura política” nacional estatista, Reis Filho acrescenta:

A economia vai bem, mas o povo vai mal, diria o general Garrastazu Médici, o ditador mais sinistro e mais popular de todo o período ditatorial. E, depois, na segunda metade dos anos 1970, liquidadas as alternativas revolucionárias de esquerda, a retomada em grande estilo pelo governo Geisel da cultura política do nacional-estatismo e a convergência de direitas e esquerdas moderadas no processo que levou, finalmente, à restauração da democracia. (*ibidem*, p. 178)

Já tive a oportunidade de criticar com maior atenção tanto os argumentos empíricos que embasam essa valorização da “popularidade” do governo Médici, na análise de Reis Filho (Mattos, 2015), quanto o uso demasiado homogeneizador do conceito de “cultura política” que sustenta teoricamente sua perspectiva de um consenso “da sociedade” em apoio à ditadura. (Mattos, 2014) O que me interessou aqui foi destacar seu papel de referência para a convergência dos argumentos sobre o golpe, como resultado de uma ação não apenas dos golpistas, mas também dos golpeados e sua visão da ditadura como um regime autoritário, sim, mas respaldado pelo consenso da sociedade. Argumentos esses compartilhados pelos outros autores comentados.

### **3. Considerações finais**

Apesar de ter listado citações que revelam infelizes convergências entre os argumentos dos comandantes militares no governo Bolsonaro e os de historiadores universitários no trato do golpe e da ditadura, destaco que os historiadores que aqui mencionei não são representantes da memória positivada da ditadura, de cariz neofascista, que embalou o governo Bolsonaro e continua embalando as narrativas da extrema-direita brasileira. Pelo contrário, sempre que se manifestaram o fizeram de maneira explicitamente crítica ao bolsonarismo.

Os comandantes militares que citei na primeira parte deste artigo tampouco tomaram por base os trabalhos de historiadores universitários para redigir suas ordens

do dia de elegia ao regime autocrático. Provavelmente nunca leram esses trabalhos dos historiadores profissionais.<sup>13</sup>

Ainda assim, é digno de registro que haja uma vertente historiográfica de interpretação do golpe de 1964 e da ditadura, com ampla circulação acadêmica na atualidade, que compartilha com a memória difundida pela alta oficialidade militar, ainda que por caminhos distintos, argumentos de legitimidade do regime baseados na sua “popularidade” e no “apoio da sociedade”, que, relembramos, é apresentada de forma homogênea. Ainda que não esqueçam do componente coercitivo e violento do regime, como o faz a memória militar, convergem com ela ao valorizar o “consenso” e eludir os conflitos sociais de fundo. Da mesma forma que ao tratarem da queda de Goulart a partir da ideia de que “havia dois golpes em marcha”, ou de que as esquerdas “passaram à ofensiva e desafiavam abertamente a legalidade”, aproximam-se bastante do argumento militar de que o que ocorreu em 1964 foi um “contragolpe”, um movimento de reação a um suposto golpe preparado por Jango e seus apoiadores à esquerda.

Por isso, o que intentei fazer foi chamar a atenção para o fato de que, recordando Fernando Rosas, citado no início deste artigo, vivemos um período em que as diferentes representações do passado recente se inserem “em um combate pela hegemonia política, pela ‘conquista de almas’”. Nestes tempos, aquela “responsabilidade pública” dos historiadores, a que se refere Hobsbawm (1998, p. 290), como “produtores básicos da matéria-prima que é convertida em propaganda e mitologia”, é ainda maior. Assim como seu papel, ao confrontar a memória estabelecida pelos detentores do poder (durante a ditadura ou no período que se seguiu ao golpe de 1964), é hoje ainda mais decisivo.

---

<sup>13</sup> Embora, eventualmente, oficiais militares possam tomar contato e se apropriar de sua argumentação. Afinal, em 2008, um artigo na *Revista do Clube Militar* sobre o debate da anistia cita, buscando apoio a seus argumentos de defesa da ditadura, escritos e entrevistas de Reis Filho, tratado como “ex-terrorista”. Segundo o artigo, tratava-se de alguém que “desmente categoricamente a mística de que ‘lutavam contra a ditadura’”. Escreveu ele e confirmou em entrevista que não lutavam por Democracia, mas pela ditadura do proletariado, já que eram marxistas e leninistas convictos”. *Revista do Clube Militar*, ano LXXXI, n° 430, de 2008.

## Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CORDEIRO, Janaína Martins. “Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972”. *Confluenze*, Bologna, v. 4, 2012, p. 63-81.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. “Sexta-feira 13 na Central do Brasil”. *Nossa História*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n. 5, mar., 2004.
- FERREIRA, Jorge. “Entre a história e a memória: João Goulart”. In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOLANDA, Marianna & VARGAS, Mateus. “Governo planejou pedido de desculpas nos 60 anos do golpe antes de veto de Lula”, 20/03/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/governo-planejou-pedido-de-desculpas-nos-60-anos-do-golpe-antes-de-veto-de-lula.shtml>>. Acesso em: 03/2024.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”. In: MELO, D. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico”. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *1964: 50 anos depois e a ditadura em debate*. Aracaju: Edise, 2015, p. 35-83.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MELO, Demian (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

- MORAES, Dennis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024 [1989].
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura, anistia e reconciliação”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan-jun, 2010, p. 171-186.
- RENTON, David. *The new authoritarians: convergence on the right*. London: Pluto, 2018.
- RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.
- ROSAS, Fernando *et al.* *História e memória: “última lição” de Fernando Rosas*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismos: ensaio breve de história comparada*, Lisboa, Tinta-da-china, 2019.
- SENA Jr., Carlos Zacarias *et al.* *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SILVA, Ana Beatriz R. B. “Brasil, o ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’: controle social, exploração e prevenicionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 13, 2016, p. 151-173.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*, 3. ed., Porto Alegre, L&PM, 2019.
- TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*, n. 19, 2004.
- TRAVERSO, Enzo. *The new faces of fascism: populism and the Far Right*. London: Verso, 2019.
- VICTOR, Fabio. “História, volver: o 31 de março, o golpe militar e a nostalgia da direita”. *Revista Piauí*, n. 150, mar., 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/historia-volver/>>. Acesso em: 03/ 2024.

Recebido em 08 de abril de 2024

Aprovado em 15 de maio de 2024